

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**Concurso Público
Nível Superior**

Aplicação: 4/10/2008

Cargo 4:

ANALISTA DE TRANSPORTES URBANOS

ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé das 8 páginas numeradas (1 a 8). Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso; cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **8/4/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas Internet — www.cespe.unb.br.
- II **9 a 11 e 14 e 15/4/2008** — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/4/2008** — Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Distrito Federal e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 — SEPLAG/DISTRANS, de 30/1/2008.
- Informações adicionais: telefone (0XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Os precedentes têm forte influência sobre nosso
 pensamento. Mesmo o trem mais moderno e mais tecnológico
 4 britânicas adotaram essa bitola porque as antigas máquinas de
 fabricar eixos e rodas para carruagens só podiam fazer eixos
 desse tamanho. As carruagens tinham eixos desse tamanho
 7 para caber nos sulcos escavados ao longo do tempo nas
 estradas da Grã-Bretanha. As estradas da Grã-Bretanha tinham
 sido construídas pelos romanos, e os sulcos foram escavados
 10 por carruagens romanas. Os eixos das carruagens romanas
 tinham o tamanho adequado para carruagens puxadas por
 dois cavalos romanos. Assim como o moderno sistema de
 13 transporte é submetido a um critério que valia para os cavalos
 da época romana, também os seus pensamentos são moldados
 por gerações e gerações de pensamentos antigos. Nós
 16 continuamos a seguir os mesmos sulcos cavados há milênios,
 sem perceber que a razão original das regras já desapareceu há
 muito tempo.

Planeta, jan./2004 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos à organização do texto acima.

- 1 A organização dos argumentos permite subentender a preposição **Até** antes de “Mesmo” (l.2), com a consequência de que, escrevendo-se **Até mesmo**, a argumentação será reforçada.
- 2 O período sintático iniciado por “As ferrovias” (l.3) mantém com o período sintático anterior uma relação de causa; e com o período sintático iniciado por “As carruagens” (l.6) uma relação de consequência.
- 3 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se empregar a oração flexionada no modo subjuntivo **para que cabessem** em lugar de usá-la no infinitivo, “para caber” (l.7).
- 4 A vírgula que precede a conjunção “e” (l.9) indica que esta liga duas orações de sujeitos diferentes; mas a retirada desse sinal de pontuação preservaria a correção e a coerência textual.
- 5 Devido ao valor de mais-que-perfeito das duas formas verbais, preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “tinham sido” (l.8-9) por **havia sido**.
- 6 O desenvolvimento das idéias do texto mostra que a tese “o moderno sistema de transporte é submetido a um critério que valia para os cavalos da época romana” (l.12-14) é comprovada por argumentos baseados na história de meios de transporte.
- 7 A expressão de sentido figurado “os mesmos sulcos cavados há milênios” (l.16) retoma as idéias dos argumentos iniciais do texto para significar a **influência do passado sobre o pensamento**.

1 Diminui o *status* da linguagem como meio de
 representar as crenças e os desejos, e as idéias em geral,
 como se a linguagem fosse mero recurso/meio de tradução
 4 dessas idéias. Seja qual for a função ou a combinatoria de
 funções dominantes em um determinado momento de
 comunicação, postula-se que preexiste a todas elas a
 7 função pragmática de ferramenta de atuação sobre o outro,
 de recurso para fazer o outro ver/conceber o mundo como
 o emissor/locutor o vê e o concebe, ou para fazer o
 10 destinatário tomar atitudes, assumir crenças e
 eventualmente desejos do locutor. Ao se criticar a
 concepção da linguagem como representação do outro e
 13 para o outro, não se a desautoriza nem sequer a refuta, mas,
 em um certo sentido, trabalha-se na sua desconstrução,
 construindo-se argumentos em favor da hipótese segundo
 16 a qual a linguagem se manifesta sobretudo como
 ferramenta de coação e de atuação no outro. Quando
 alguém percebe que um vocabulário/discurso está
 19 interferindo em outro e inventa um novo, para substituir os
 dois, está contribuindo para as conquistas revolucionárias
 em qualquer campo da produção humana: nas artes, na
 22 ciência, no pensamento moral e político. Novos
 instrumentos vêm ocupar o lugar dos instrumentos velhos
 e passam a ser utilizados para fazer algo que nunca tinha
 25 sido imaginado antes.

Sebastião J. Votre. **Linguagem, identidade, representação e imaginação**, p. 99 (com adaptações).

Julgue os itens de **8 a 12**, a respeito da organização e das idéias do texto acima.

- 8 Os argumentos do texto servem de comprovação para a tese de que a mudança lingüística é um instrumento de coação sobre o pensamento moral e político.
- 9 No período sintático “postula-se que (...) desejos do locutor” (l.6-11), as três ocorrências da preposição “de” estabelecem a dependência dos termos que regem para com o termo “função pragmática” (l.7), como mostra o esquema seguinte.



- 10 Mantêm-se a coerência e a correção da estrutura sintática e das relações semânticas do texto ao se inserir o pronome *se* logo após “sequer” (l.13).
- 11 A função exercida pelo termo “para substituir os dois” (l.19-20) permite que as vírgulas que o delimitam sejam substituídas por duplo travessão ou por sinal de parênteses, sem que isso resulte em prejuízo à coerência textual ou à correção gramatical.
- 12 É gramaticalmente correta e coerente com a argumentação do texto a seguinte reescrita para o período final: Cada novo instrumento que vêm ocupar o lugar dos instrumentos antigos passam a ser utilizados para fazer algo que ainda não fôra imaginado.

linguagem. *S.f.* 1. o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre as pessoas.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo dicionário da língua portuguesa*, p. 1.035 (com adaptações).

- 1 Acho que se compreenderia melhor o funcionamento da linguagem supondo que o sentido é um efeito do que dizemos, e não algo que existe em si,
 4 independentemente da enunciação, e que envelopamos em um código também pronto. Poderiam mudar muitas perspectivas: se o sentido nunca é prévio, empregar ou não
 7 um estrangeirismo teria menos a ver com a existência ou não de uma palavra equivalente na língua do falante. O que importa é o efeito que palavras estrangeiras produzem.
 10 Pode-se dar a entender que se viajou, que se conhecem línguas. Uma palavra estrangeira em uma placa ou em uma propaganda pode indicar desejo de ver-se associado a outra
 13 cultura e a outro país, por seu prestígio.

Sirio Possenti. *A cor da língua*. Mercado de Letras, 2002, p.37-8 (com adaptações).

A partir da leitura dos dois textos acima, julgue os itens de 13 a 20.

- 13 A comparação entre os dois textos mostra que, no segundo, a abrangência do conceito de linguagem é maior do que no primeiro, pois incorpora representações sociais de quem usa a linguagem.
- 14 Embora o vocábulo “articulada” admita várias acepções, o contexto do verbete em que está empregado permite identificar seu significado como **falada**.
- 15 No texto do verbete de dicionário, o valor de comparação da palavra “como” deixa subentender uma expressão mais complexa: assim como.

- 16 O valor condicional da oração iniciada por “supondo” (l.2) permite sua substituição, no texto, por *se* supusermos, sem que sejam prejudicadas a coerência ou a correção gramatical.
- 17 Para se manter o paralelismo com o primeiro e o último períodos sintáticos do texto, o segundo período também admitiria uma construção sintática de sujeito indeterminado, podendo ser alterado para **Poderia se mudar muitas perspectivas**.
- 18 A flexão de plural em lugar de “Pode-se” (l.10) respeita as regras de concordância com o sujeito oracional “dar a entender” (l.10).
- 19 O desenvolvimento da argumentação do segundo texto evidencia que o uso de uma palavra estrangeira está associado a prestígio.
- 20 Pelo fato de “associado” (l.12) exigir que seu complemento seja regido pela preposição **a**, pode ser empregado o sinal indicativo de crase em “a outra cultura”.



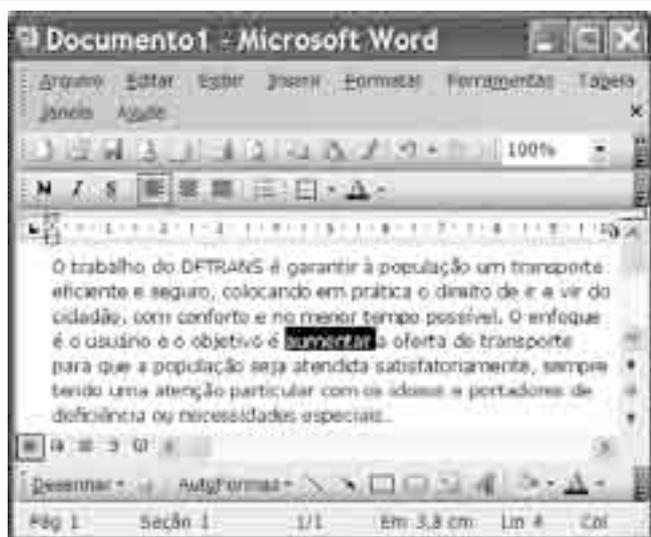
A partir da figura acima e considerando os conceitos de sistema operacional Windows e a utilização do Microsoft Office, julgue os itens a seguir.

- 21 A opção  **Windows Update** permite realizar atualização do Microsoft Office, por meio de *upload* de arquivos.
- 22 A opção  **Fazer logoff de cliente...** permite definir uma senha para um novo usuário.
- 23 Ao se clicar a ferramenta , os programas abertos serão minimizados e a área de trabalho será apresentada.
- 24 A partir da opção  **Executar...**, é possível iniciar o Word.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Internet Explorer 6, julgue os itens subsequentes, acerca de conceitos relacionados à Internet.

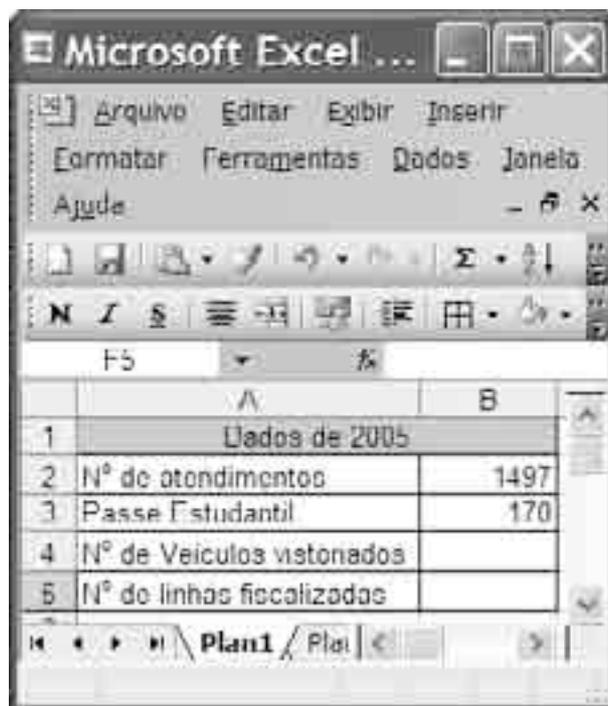
- 25 Considerando que o texto da figura esteja selecionado, é possível copiá-lo ao se clicar o botão direito do mouse sobre ele e, em seguida, clicar, na lista disponibilizada, a opção Copiar.
- 26 O protocolo http (*hypertext transfer protocol*) é utilizado para transferir páginas web entre um servidor e um cliente.
- 27 Um duplo clique no ícone permite que se abra a janela de propriedades de segurança da Internet.



A partir da figura acima, que mostra uma janela do Word 2003 com um texto em edição, julgue os itens de 28 a 32.

- 28 Para que a palavra selecionada seja formatada como maiúscula, é suficiente clicar o botão

- 29 Ao se clicar a ferramenta , o texto em edição será formatado como modelo de carta do Word.
- 30 Para se justificar o texto mostrado na figura, é suficiente clicar a ferramenta
- 31 A opção indica que a palavra selecionada foi aumentada em 100% do tamanho original.
- 32 No menu **Inserir**, encontra-se opção que permite definir senha de proteção do documento em edição.



Acerca do Excel 2003 e considerando a figura acima, julgue os itens que se seguem.

- 33 Se o número de veículos vistoriados corresponder a 50% do número de atendimentos, nesse caso, uma fórmula para se calcular tal número será =B2/2.
- 34 Para se criar uma nova planilha, deve-se clicar a opção Planilha, que se encontra no menu **Dados**.
- 35 Considerando que o valor “Nº de linhas fiscalizadas” corresponda à média aritmética dos valores contidos nas células B3 e B4, esse valor pode ser calculado utilizando-se a função média, encontrada na ferramenta

A estratégia de construção de liderança por parte da diplomacia brasileira na América do Sul foi seguida durante o período de 1993 a 2007, mas com diferentes gradações. Durante o governo de Itamar Franco, a aproximação aos vizinhos, já dentro dos marcos de uma cooperação sul-sul, foi intensificada, podendo ser enquadrada no que Myers define como “Estado aspirante a hegemônico” no contexto regional. O modelo de atuação brasileiro diante de situações de crise na região foi de não-intervenção, baseado em preceitos tradicionais da diplomacia brasileira em termos de percepções de segurança internacional e de conceitos clássicos da política internacional, que foram mantidos a despeito de todas as mudanças ocorridas no cenário internacional.

Miriam Saraiva. *As estratégias de cooperação sul-sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 50 (2), 2007, p. 47.

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, referentes à atuação do Brasil nas crises políticas recentes na América do Sul.

- 36** O posicionamento do Brasil convergiu para a visão política norte-americana a respeito da guerra civil que ocorre no interior da Colômbia, ao classificar oficialmente as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como força terrorista.
- 37** A atual noção de América do Sul é absolutamente inédita em todos os aspectos no discurso diplomático brasileiro.
- 38** A aproximação do Brasil aos países vizinhos, mesmo com os riscos e dificuldades que advêm do aumento da densidade dos intercâmbios, é uma necessidade prática para a ampliação da internacionalização das empresas brasileiras.
- 39** O governo Itamar Franco foi o primeiro a promover reunião de cúpula dos chefes de Estado e de governo da América do Sul.
- 40** O princípio da não-intervenção, caro à prática da diplomacia brasileira, não significa a exclusão do princípio da não-indiferença em relação aos temas difíceis da região sul-americana e mesmo da América Latina e Caribe.

Julgue os itens de **41** a **46**, com relação às questões de infra-estrutura urbana e de transporte, além dos aspectos de segurança das cidades latino-americanas dos dias atuais.

- 41** O caos urbano nas grandes cidades latino-americanas, principalmente nas capitais dos países da região, é causado por fatores como o crescimento elevado do uso do automóvel por seus habitantes.

- 42** O forte investimento em transportes urbanos e populares em todo o continente, particularmente naqueles que vinculam trens subterrâneos e de superfície, e a eficiente malha de ônibus e outros transportes similares é marca da América Latina no início do século XXI.
- 43** A segurança pública, crucial para a vida cidadã e a boa realização dos negócios e do crescimento econômico, vem sendo considerada tema menor nas campanhas políticas na região.
- 44** A preocupação com a segurança pública é matéria que não pode circunscrever-se, nas urbes sul-americanas, apenas à corporação policial ou às autoridades investidas de poder de decisão na matéria.
- 45** Os bolsões de pobreza e miséria, situados nas periferias malcuídas de boa parte das grandes cidades da América Latina, contribuem apenas moderadamente à precariedade da vida urbana nas regiões metropolitanas.
- 46** Embora a inteligência policial e os aparatos mais modernos de repressão ao tráfico de drogas sejam relevantes para o apaziguamento das grandes cidades da América Latina, essas políticas necessitam da complementação da população cidadã que, armada, também pode responder à insegurança coletiva que predomina nesses centros urbanos.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos eventos que envolveram, há poucas semanas, a deportação de brasileiros no aeroporto de Barajas, em Madrid, e outras matérias vinculadas às migrações internacionais.

- 47** O poder de deportação de um cidadão de um país amigo, embora atribuído ao país que recebe o visitante estrangeiro, deve estar embasado em algum procedimento legal e justificativa plausível.
- 48** O Brasil, país forjado por imigrantes de todas as partes do globo, passou, na última década, a ser país de emigrantes.
- 49** As migrações internacionais são matérias recentes na história da interação entre os povos.
- 50** O princípio da reciprocidade é norma do direito internacional nem sempre bem acolhida pelos países poderosos, que preferem impor seus valores, regras e interesses sobre os países de menor peso na política internacional.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), julgue os itens seguintes. Nesse sentido, sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas: DF = Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal.

51 Um dos objetivos prioritários do DF é assegurar, por parte do poder público, a proteção individualizada à integridade psicológica das testemunhas de infrações penais.

52 É competência do DF, em comum com a União, dispor sobre a administração dos cemitérios.

53 É lícito ao DF constituir ônus real sobre os imóveis de seu patrimônio independentemente de autorização da CLDF, com base no princípio da independência dos poderes.

54 A LODF determina expressamente que devem fazer declaração pública anual de bens o governador, o vice-governador, os deputados distritais, os secretários de Estado, os comandantes-gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o diretor da Polícia Civil do DF.

55 Entre as funções institucionais da Procuradoria-Geral da CLDF estão a promoção da uniformização da jurisprudência administrativa e a compilação da legislação da CLDF.

56 Em cada exercício financeiro, a CLDF deve fixar a remuneração do governador do DF.

57 Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar o governador do DF nos crimes de responsabilidade.

58 A CLDF tem competência para criar comissões parlamentares de inquérito, mediante requerimento apresentado somente pela maioria absoluta de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

59 A matéria atinente ao plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília deve ser veiculada por lei complementar.

60 Os conselheiros do TCDF somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido por mais de dez anos.

61 O TCDF será representado judicial e extrajudicialmente pela Procuradoria-Geral do DF.

62 Integram o Conselho de Governo, órgão superior de consulta do governador do DF, o vice-governador do DF, o presidente da CLDF e o presidente do TCDF.

63 O governador deve encaminhar à CLDF, até seis meses antes do final de seu mandato, o projeto de lei do plano plurianual.

64 A diretoria executiva das fundações instituídas pelo poder público do DF deve ser composta por, no mínimo, um terço de representantes de seus servidores, escolhidos pelo governador do DF.

65 Se um indivíduo for submetido a internação psiquiátrica compulsória, realizada pela equipe de saúde mental das emergências psiquiátricas, nesse caso, o fato deve ser comunicado à Defensoria Pública do DF.

66 São instâncias do Sistema Único de Saúde do DF: a conferência de saúde, o conselho de saúde e os conselhos regionais de saúde.

67 A administração pública do DF deve aplicar, no mínimo, 40% da receita dos impostos locais na manutenção e desenvolvimento do ensino primário.

68 Constitui princípio do Sistema de Transporte do DF a defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico.

69 Considere a seguinte situação hipotética.
Antes de ser nomeado procurador do DF, Manoel exerceu o cargo de procurador do INSS por cerca de cinco anos. Nessa situação, é assegurada a Manoel a contagem integral do tempo de serviço efetivamente prestado no cargo de procurador do INSS para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

70 Os projetos de obras que comprometam mais de 1% do orçamento do DF devem ser obrigatoriamente apreciados em audiência pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito do direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 71** Uma condição de elegibilidade para o cargo de vereador é a idade mínima de 21 anos.
- 72** É possível se estabelecer indenização por danos morais a uma pessoa jurídica.
- 73** A Constituição garante o direito à propriedade, desde que essa propriedade atenda a sua função social.
- 74** Considere a seguinte situação hipotética.
José é proprietário de um prédio que dispõe de vista para o mar, uma vez que no terreno localizado à frente de sua casa não há nenhuma construção.
Nessa situação, se o proprietário do terreno resolver edificar, José pode alegar o seu direito de propriedade para impedir que a edificação o prejudique com relação à vista de que desfruta em seu prédio.
- 75** A proteção do direito à vida tem como principais conseqüências a proibição da pena de morte em qualquer situação, das práticas de tortura, de eutanásia e do aborto.
- 76** O foro privilegiado concedido a um governador de estado fere o princípio da igualdade jurisdicional, já que concede tratamento diferenciado entre pessoas perante o Poder Judiciário.
- 77** O poder público pode obrigar que pessoas permaneçam em determinada localidade quando ali estiver vigente o estado de sítio.
- 78** No que diz respeito à propriedade autoral, a propriedade intelectual dos autores de obras literárias, artísticas e científicas somente será transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar, sendo que, após o decurso desse tempo, a obra passará a ser de domínio público.

A respeito do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 79** Considere a seguinte situação hipotética.
João, servidor público federal, foi demitido após processo administrativo, pois estava sendo processado criminalmente por homicídio doloso; entretando, João foi absolvido pelo tribunal do júri mediante o fundamento da negativa de autoria.
Nessa situação, João deverá ser reintegrado aos quadros da administração pública.
- 80** As ações de ressarcimento ao erário, movidas pelo Estado contra agentes que tenham praticado ilícitos dos quais decorram prejuízos aos cofres públicos, prescrevem em 5 anos.
- 81** A responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes, a não ser nos casos expressamente declarados em lei.
- 82** Edital é o instrumento pelo qual a administração torna pública a realização de uma licitação. A modalidade convite é a única que não utiliza o edital para tornar pública a licitação.
- 83** Um ato administrativo inválido não pode ser eficaz.
- 84** O Estado pode delegar o exercício do poder de polícia a uma empresa privada.

O direito positivo é um conjunto de regras sociais que disciplinam as obrigações e poderes referentes à questão do meu e do seu, sancionadas pela força do Estado e dos grupos intermediários.

Pablo Stoize Gagliano e Rodolfo Plaplona Filho. **Novo curso de direito civil**, v. I, São Paulo: Saraiva, 208, p. 26 e seguintes (com adaptações).

A partir dessa definição, julgue os itens a seguir, a respeito das normas legais.

- 85** O direito positivo caracteriza o conjunto de regras jurídicas correspondente a um ordenamento ideal, consubstanciado na idéia abstrata do direito, simbolizando o sentimento geral de justiça da comunidade.
- 86** Em termos taxonômicos, o direito público se caracteriza pela menor intervenção estatal e pelos aspectos de maior positividade.
- 87** O contrato de prestação de serviços tipifica exemplo de negócio jurídico unilateral.
- 88** Por força do princípio da liberdade das formas, os negócios formais ou solenes não são a regra no direito brasileiro.
- 89** O contrato de compra e venda tipifica exemplo de ato jurídico em sentido estrito.
- 90** As obrigações *propter-rem* ou mistas se transmitem automaticamente para o novo titular que adquiriu a coisa.

A divisão do direito em ramos atende a necessidades práticas e didáticas. Como decorrência, é correta a afirmação de que existe uma teoria geral do processo, que tem por conteúdo a definição dos conceitos lógico-jurídicos dos institutos fundamentais do processo, aplicáveis a qualquer dos ramos do direito processual. Alguns exemplos são bem-vindos: princípios processuais, jurisdição, ação, processo e procedimentos, legitimidade, competência, decisão, cognição, recursos, causa de pedir, pedido, parte, terceiro, pressupostos processuais, condições da ação.

Frede Didier Jr. **Curso de direito processual civil**, v. I, 7.ª ed., Salvador: Podivm, 2007, p. 21-2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **91** a **97**, acerca do fundamento nas normas legais.

- 91** A jurisdição atua em situação concreta, mesmo nos processos objetivos, em que não se relaciona a qualquer direito subjetivo individual.
- 92** As regras de classificação da legitimação para a causa se baseiam na relação entre o legitimado e o objeto litigioso do processo. Assim, o legitimado extraordinário é aquele que defende em juízo interesse próprio.
- 93** O princípio da instrumentalidade do processo adota a concepção de que o direito processual e o processo em particular só podem ser concebidos e entendidos como instrumentos do direito material, enquanto, nos seus aspectos finalísticos, têm por escopo a realização de funções social, política e jurídica.

- 94** Ocorre a substituição processual quando outra pessoa assume o lugar do litigante, tornando-se parte na relação jurídica processual para defender, em nome próprio, direito próprio decorrente da mudança na titularidade do direito material discutido em juízo.
- 95** Na cumulação própria de pedidos, na sua modalidade simples, o autor visa à procedência simultânea de todos os pedidos formulados em juízo.
- 96** À luz das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, compreende-se a garantia do exercício do direito de ação não só como o direito de provocar a atuação do Estado-juiz pelo autor, mas também como o direito público subjetivo de o réu pedir ao mesmo Estado-juiz a prestação de tutela jurisdicional consistente na proteção a um direito lesionado ou ameaçado. Desse modo, a rejeição do pedido formulado pelo autor enseja a prestação jurisdicional para o réu.
- 97** No procedimento da execução de entrega de coisa, se esta se deteriorou antes da tradição por culpa do executado, é lícito ao exeqüente, nos mesmos autos, requerer a conversão do meio executório desapossamento em expropriação.

Acerca do direito tributário brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 98** O Código Tributário Nacional dispõe que deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre a extinção do crédito tributário.
- 99** Considere que um decreto discipline a atualização monetária da base de cálculo do IPVA. Nesse caso, a referida norma é viciada, pois trata de matéria que somente pode ser objeto de lei em sentido estrito.
- 100** No Distrito Federal (DF), são isentas do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- 101** Caso uma indústria domiciliada em Minas Gerais contrate uma transportadora para entregar mercadorias a destinatário não designado no território do DF, nesse caso, serão solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) a indústria remetente e a transportadora.
- 102** As entidades de assistência social sem fins lucrativos que gozem de imunidade tributária estão dispensadas do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 103** Maria vivia em regime de união estável com João, tendo sido incluída como dependente de seu companheiro perante a previdência social. Em virtude de problemas pessoais, Maria e João decidiram extinguir a união estável e propuseram ação de dissolução e reconhecimento de união estável, com partilha de bens e pedido de alimentos. Nessa situação, tendo sido estabelecida judicialmente a obrigação de João prestar alimentos à sua companheira, Maria não perderá a qualidade de dependente de João para fins da previdência social.
- 104** Em convenção coletiva de trabalho, foi fixado em R\$ 630,00 o piso salarial da categoria dos motoristas de ônibus coletivos, no âmbito do DF. Nessa situação, considerando-se o que dispõe o regulamento da previdência social, é correto concluir que, independentemente do valor fixado para o piso salarial dos motoristas de ônibus coletivos, o valor do limite mínimo do salário-de-contribuição corresponderá ao valor do salário mínimo.
- 105** Determinada empresa pública instituiu a fundação Alfa, entidade fechada de previdência complementar, acessível exclusivamente aos seus empregados. Em deliberação realizada pela empresa instituidora, foi aprovada a fusão entre Alfa e Beta, sendo esta uma entidade fechada de previdência complementar instituída por outra empresa pública. Nessa situação, a efetivação dessa fusão dependerá de prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador.
- 106** A instituição financeira Delta constituiu entidade aberta de previdência complementar. Nessa situação, considerando-se o que dispõe a legislação pertinente, esta entidade deverá ser obrigatoriamente constituída sob a forma de sociedade anônima.
- 107** Marcos trabalha para a pessoa jurídica X, em Brasília – DF. Para suprir necessidade permanente da empregadora, Marcos foi transferido, passou a residir em determinado município da região Norte do Brasil e, em virtude dessa transferência, foi acometido de doença endêmica daquela região. Nessa situação, a referida enfermidade somente será considerada doença do trabalho se tiver sido resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho desenvolvido por Marcos.

O diretor de uma empresa cujo capital pertence integralmente à União foi acusado publicamente de ter cedido à oferta e recebido de particular pagamento (suborno) para que autorizasse alteração contratual, segundo o acusador indevida, que favoreceu a empresa do autor do pagamento.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

108 Por se tratar de acusação relacionada ao exercício da função na administração pública, o processo penal por crime contra a honra do diretor terá de ser iniciado pelo Ministério Público, após representação do ofendido.

109 Se não tiver provas ou se for falsa sua acusação, o acusador, uma vez processado penalmente, poderá ser condenado por calúnia, mas não por difamação.

110 Sendo verdadeira a acusação, trata-se de hipótese em que à corrupção passiva corresponde uma conduta de corrupção ativa.

111 Em caso de inquérito policial contra o acusador, esse deverá ser, obrigatoriamente, iniciado de ofício, assim que recebida a informação do fato por parte da autoridade policial.

112 Se a matéria da acusação nunca vier a ser levada a julgamento, caberá exceção da verdade no eventual processo por crime contra a honra do diretor, afetando, se bem-sucedida, a tipicidade da imputação.

Particulares executaram fraude e obtiveram vantagem econômica ilícita para si em prejuízo de autarquia integrante da administração pública do DF. A fraude foi praticada em São Paulo — de onde também não saiu um dos autores —, porém a vantagem econômica foi obtida na Argentina, semanas depois.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens de **113 a 116**.

113 Poderá ser processado criminalmente no Brasil o co-autor que tiver permanecido na Argentina durante a execução da fraude.

114 A situação em apreço trata de delito para cujo julgamento é competente a justiça comum do DF.

115 O estelionato consumou-se no tempo e lugar da fraude, sendo a obtenção da vantagem econômica simples consequência e exaurimento.

116 Se um dos agentes for funcionário público distrital e tiver praticado o crime se aproveitando do acesso garantido pelo seu cargo, responderá por peculato, enquanto o co-autor, simples particular, será acusado de estelionato.

Julgue os itens a seguir, relativos à aplicação inicial da lei penal e processual penal.

117 A ocorrência do estado de necessidade afasta o crime, pois não mais é possível o enquadramento da conduta como fato típico.

118 No modelo adotado no Código Penal brasileiro, a embriaguez voluntária por bebida alcoólica, mesmo que completa, não exclui a imputabilidade penal.

119 A prisão de quem é perseguido logo após e em situação em que é presumível ser autor da infração penal pode ser executada por qualquer do povo. Porém, se o agente lograr se evadir, iludindo seus perseguidores e ficando em local incerto e não-sabido, mesmo que por poucas horas, somente será preso por ordem judicial e se presente um ou mais dos requisitos da prisão preventiva.

120 O consentimento da vítima não elide a imputação por lesão corporal, pois o bem jurídico em questão, a integridade corporal, não é disponível. Contudo, esse consentimento, se livre, consciente e manifestado por pessoa capaz, dado em situações culturalmente aceitas — por exemplo, participantes de um evento esportivo, luta profissional ou em uma cirurgia —, torna a conduta não-criminosa.